



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

Desde final de abril que o CDS tem vindo a alertar para a seca no território nacional.

À data, já as organizações do sector – de agricultores e de regantes – alertavam para o risco de falta de pastagens para o gado e para os reduzidos níveis de armazenamento de algumas barragens, que poderiam pôr em causa as culturas de outono/inverno e a realização das de primavera/verão.

Entretanto, chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do CDS que muitos agricultores já estão sem água, enquanto outros só dispõem de recursos até final de julho. As consequências preveem-se muito graves, sendo necessário e urgente o acompanhamento permanente e levantamento exaustivo pelas Direções Regionais de Agricultura, principalmente nos regadios privados onde a situação é extremamente preocupante.

Também nos regadios coletivos, apesar da capacidade interanual, o armazenamento de água regista níveis críticos, sobretudo na bacia hidrográfica do Sado. Na bacia do Tejo, áreas agrícolas estão a ter problemas de falta de água, sendo urgente um regime regular de caudais.

Apesar de já em abril se traçar um diagnóstico preocupante de falta de água e da grave situação dos armazenamentos, o Governo não reuniu este ano, até à data, as Subcomissões de Gestão de Albufeiras, previstas reunir em março, para avaliar os armazenamentos e definir a estratégia para a seca. As entidades que gerem o abastecimento de água para a rega das explorações agrícolas não foram ouvidas nem tiveram orientações para a situação se seca deste ano.

Espanha já declarou situação de seca, tendo o governo acionado medidas para ajudar os agricultores, como a isenção de taxas e tarifas da água para o regadio e a moratória por um ano para o pagamento da segurança social, entre outras, e iniciado a preparação de uma nova Estratégia Nacional de Regadios.

Em Portugal, as organizações do regadio, responsáveis pela gestão de 60% da água utilizada

em Portugal, manifestaram já a sua disponibilidade total para colaborar com a tutela e alertaram para a urgência de serem também envolvidas as entidades responsáveis pela gestão das albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas.

Chegados a 8 de julho, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) refere numa nota que “quase 80% de Portugal continental se encontrava em junho em situação de seca severa e extrema” e caracteriza aquele mês como “extremamente quente e muito seco”. O boletim disponível na página internet do IPMA indica que no final do mês de junho cerca de 80% de Portugal continental estava em seca severa (72,3%) e extrema (7,3%).

Também, de acordo com a agência LUSA, numa notícia de hoje, dia 8 de julho, que cita o Secretário de Estado do Ambiente, “o Governo vai ativar de imediato a Comissão Permanente de Prevenção,

Monitorização e Efeitos da Seca [...], tendo em conta a situação de seca no país e os níveis baixos das barragens”, e, “além de ativar esta comissão, será ainda elaborado o plano de contingência para enfrentar a seca e evitar consequências mais graves a meio do verão”. Face à gravidade da situação, são efetivamente necessárias medidas urgentes para o regadio, nomeadamente:

- a implementação do regime de caudal mínimo diário nas bacias hidrográficas, para que não ocorram períodos de caudal nulo;
- a transferência urgente da água necessária às albufeiras dos perímetros de rega confinantes ao Alqueva: Roxo, Vigia, Odivelas, Campilhas e Vale do Gaio;
- o aprofundamento de outras possibilidades, para diminuir os fatores de produção relacionados com o uso eficiente da água.

De acordo com uma notícia do Diário de Notícias de 5 de julho, “a pior seca dos últimos 27 anos nas barragens portuguesas levou produtores de arroz a acelerarem o ciclo de crescimento da planta, perdendo rendimento, e desmobilizou a produção de milho. Há populações que podem ficar sem água em casa, enquanto a energia poderá subir de preço no mercado grossista. Além disso a baixa precipitação reduziu a produção de eletricidade, segundo fonte oficial da EDP. [...] As albufeiras atingiram 58% dos valores normais levando a que as centrais térmicas compensassem a falta de energia hidroelétrica. A tendência em períodos secos aponta ao aumento dos preços da energia no mercado grossista, adiantou a REN ao DN”.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

As Deputadas do CDS-PP, abaixo-assinadas, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1. Que medidas concretas adicionais está o Ministério do Ambiente a preparar, com efeitos imediatos, para mitigar os efeitos da seca?**

**2.Vai V. Exa assegurar as medidas necessárias à disponibilização de água do Alqueva às albufeiras que a ele estão ligadas?**

**3.Quando vão reunir as Subcomissões de Gestão de Albufeiras e envolvidas no processo as organizações de regadio?**

**4.Quando será implementado o regime de caudal mínimo diário nas bacias hidrográficas, para que não ocorram períodos de caudal nulo?**

Palácio de São Bento, terça-feira, 11 de Julho de 2017

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)